

## **A Capitania de São Paulo e a Defesa do Sul: de fronteira a território**

LORENA LEITE\*

Na segunda metade do século XVIII, as colônias portuguesas na América concentraram os esforços da política de centralização dos domínios e definição de fronteiras do consulado pombalino. Como parte das reformas relativas ao Ultramar e empreendidas pelo então Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, a Capitania de São Paulo teve sua autonomia administrativa restaurada em 1765, depois de 17 anos submetida ao Rio de Janeiro. A instalação de governo nas terras paulistas e a nomeação dos Capitães Gerais marca um novo período na história Capitania.

A presente pesquisa investiga o segundo governo da Capitania restaurada, o de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), a partir da questão geopolítica presente nos ofícios do governador. Enfocamos a disputa entre castelhanos e portugueses pela Colônia de Sacramento, assunto constante na correspondência, para demonstrar a definição de fronteiras como a principal orientação administrativa recebida pelo governador.

Ao analisar a documentação disponível pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, percebe-se a complexidade das relações entre as diversas instâncias de poderes na administração colonial e suas relações com a Coroa, bem como as diretrizes administrativas do período. Em uma conjuntura de reorganização como a citada acima, as divergências entre Governadores, Câmaras Municipais e Vice-Reis demonstram os mecanismos de funcionamento da administração colonial.

Um aspecto importante dessa pesquisa relaciona-se ao recorte temporal. Limitamo-nos ao estudo de um governo, o que inviabiliza maiores conjecturas a respeito dos desdobramentos após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), que definiu as fronteiras do Sul até a Guerra da Cisplatina. No entanto, nosso recorte levou a outros questionamentos, de origem metodológica. Apesar do enfoque político-administrativo, e da questão geopolítica, o objeto deste estudo é um sujeito enquanto ator social, que ocupou um cargo dentro da administração colonial portuguesa.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Econômica – FFLCH/USP, Bolsista CNPq

Na centralização política crescente da Coroa Portuguesa, São Paulo recebe um novo papel: unificar as ações militares. Como parte de um conjunto amplo de medidas, que incluíam fomentar o comércio e a agricultura de maneira a ocupar sistematicamente o território, os governadores são encarregados da militarização da capitania para conter a belicosidade ao sul, e da extensão dos domínios a oeste.

Esse esforço de ocupação foi descrito por Vera Ferlini como “territorialização da fronteira” (FERLINI: 2005, p.1) Após longos períodos de relativa autonomia, a capitania seria integrada ao território da América Portuguesa, incumbida de sua defesa e domínio efetivo de novas áreas. A nomeação dos Capitães-Generais demonstrava legalmente a presença e os interesses régios.

Contudo, o cargo de Governador da Capitania de São Paulo, em finais do século XVIII não era dos mais disputados. Em uma escala de importância, ficaria à frente apenas das capitanias da fronteira extremo-sul – Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina. Entretanto, sua localização geográfica e importância política faziam do ocupante figura central na definição das fronteiras e no desenvolvimento agrícola do interior da colônia.

Partindo do conceito de “territorialização da fronteira”, entendemos que São Paulo, ao ser inserida nos mecanismos de exploração do Antigo Sistema Colonial, transfere indiretamente a fronteira não ocupada e parcialmente indefinida, para o Sul da América Portuguesa. Entretanto, é preciso balizar os conceitos de limite e fronteira, para entendermos como uma capitania até então secundária adquire significativo papel de defesa das possessões sulistas.

Os tratados políticos elaborados a partir do expansionismo europeu pretendiam evitar conflitos na posse das terras descobertas e garantir a soberania do Estado que as conquistassem. Diversos fatores contribuíram para a existência de espaços fronteiriços móveis e dinâmicos, de maneira que a fronteira era definida por oposição ao outro: seja a presença indígena ou a concorrência européia.

Para Lía Quarleri, limite seria “una línea que marcaba jurisdicciones reales o potenciales entre dominios coloniales” , enquanto que fronteira é definida como “espacio periférico donde existía una dinámica propia en la que convergían conflictos e intercambio de diversa índole.” (QUARLERI: 2009, p.71),. Partindo dessas definições, as disputas no Sul podem ser vistas como conflitos fronteiriços, uma vez que a Colônia

de Sacramento representava um enclave português defronte Buenos Aires. Ainda nesse sentido, a autora afirma que

*Las fronteras podían ser entendidas, desde la perspectiva de los actores involucrados, como frentes enemigos, límites a expandir, franjas espaciales donde obtener réditos, divisiones jurisdiccionales o zonas de difícil acceso por determinadas características geográficas. Desde el punto de vista de las prácticas, la frontera era un espacio de uso múltiple y de soberanía imprecisa. (idem)*

A disputa por possessões na bacia do Rio da Prata remonta à 1680, quando o Capitão-General do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, funda a Colônia do Santíssimo Sacramento, na banda oriental, defronte a Buenos Aires. Como parte de um plano de expansão dos domínios portugueses até Sacramento, foi fundada também Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1676-1686). Assim, no final do século XVII, os portugueses avançaram pelo litoral rumo ao sul, dilatando o território de São Paulo – que a partir de então sofre um processo de desmembramento, até a metade do século XVIII, dando origem às Capitânicas do Rio Grande de São Pedro (1737), Goiás e Mato Grosso (1748)

Segundo Maria Thereza Petrone, no final do século XVIII, a agricultura comercial de São Paulo encontrava-se em expansão<sup>1</sup> (PETRONE: 1968, p.18). Esse crescimento da lavoura tipo exportação pode ser analisado tendo em vista as diretrizes econômicas e políticas de Portugal durante o ministério de Sebastião José de Mello, o Marquês de Pombal, no reinado de D. José I.

A política do consulado pombalino com relação às colônias caracterizou-se por uma maior centralização dos poderes na figura do Vice-rei (AUDEN: 1968) e dos Capitães-Generais, e por ordens específicas para o fomento da agricultura. A questão geopolítica também se faz presente, uma vez que as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri (1750) não significaram limites para a expansão territorial ou para o intercâmbio nas regiões fronteiriças – como a bacia do Rio da Prata.

Como mostrado por José Jobson de Andrade Arruda, tratava-se de um “novo paradigma de colonização” (ARRUDA: 2000, p.66-79). O crescimento da agricultura é percebido na diversificação das exportações. Nas Balanças de Comércio do Reino, São Paulo aparece como produtor e exportador de vários produtos, sendo a cana-de-açúcar o

---

<sup>1</sup> A autora apresenta o aumento do número de engenhos como demonstrativo da expansão e a última década como consolidação da vocação paulista para a agricultura.

de maior vulto. O incremento da produção agrícola relaciona-se à expansão da lavoura canavieira para o interior paulista. Em 1798, somavam-se 483 engenhos na região. No ano seguinte, foram contabilizados 574. Conforme Maria Thereza Petrone, “o crescimento da produção, principalmente do açúcar deve-se ao aumento da área cultivada e da população agrícola, mas muito pouco ao aperfeiçoamento dos métodos de cultivo.” (PETRONE: 1968, p.23)

A inserção de São Paulo na estrutura agro-exportadora tornou-se possível a partir da restauração da autonomia administrativa. Com ela, a Capitania ganhou importância política e econômica. Para Herbert Klein e Francinco Vidal Luna, “a implantação bem sucedida da produção de açúcar de qualidade para exportação em São Paulo na parte final do século XVIII foi a força propulsora que finalmente alçou a economia paulista a um novo patamar de complexidade e orientação para o mercado externo” .(LUNA e KLEIN: 2005, p.50).A restauração do governo, de um lado, atendia aos interesses da Coroa de defesa geopolítica, reativação da economia do planalto paulista e centralização político-administrativa. Por outro, colocava São Paulo como lugar central para a organização das tropas na ofensiva contra os espanhóis ao sul (BELLOTTO: 2007, p.91)). Ou seja, a questão da economia esteve, desde o início, ligada a questões militares e territoriais do sul do Brasil.

A defesa do território foi uma das preocupações de D. Luis Antonio de Souza, Morgado de Mateus e primeiro governador da capitania restaurada. A chamada “diversão pelo oeste”, empreendida pelo governador, revelou-se um plano de ocupação do extremo oeste de São Paulo com o objetivo de barrar a entrada dos castelhanos em caso de uma ofensiva pelo Paraguai. A crescente militarização dos castelhanos na região do Rio da Prata induziu a Metrópole a considerar a São Paulo como frente de defesa (BELLOTTO: 1979, p.327). Portanto, além do interesse em desenvolver a economia e o comércio da província, a defesa e reconquista do Sul foi assunto corrente na correspondência entre os administradores coloniais e o Conselho Ultramarino.

O governo do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha foi o segundo pós-restauração. Com duração de 7 anos, é marcado pelos conflitos na região sul do país, nas capitanias do Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, e por conflitos internos. A luta contra os espanhóis resulta num dilema comum tanto ao Morgado de Mateus quanto ao seu sucessor: conciliar a agricultura dos novos modelos de produção,

objetivando exportar açúcar e outros produtos para a metrópole, com o recrutamento, muitas vezes forçado. O alistamento de homens esbarrava nas tentativas de fomento da agricultura.

O sistema de recrutamento tinha por base a legislação relativa às ordenanças. Entretanto, em situações-limite como o conflito na região sul da colônia, o Governador adaptava as ordens reais às suas circunstâncias, cumprindo de maneira particular o que lhe era ordenado. Especificamente em São Paulo, a resistência da população criou dificuldades para o Governador arregimentar tropas, criando também problemas internos. As deserções constantes obrigaram a adoção de medidas extremas, como o alistamento através da coerção e a utilização de reféns para garantir que os soldados atingissem a fronteira. O pagamento dos soldos, que já era irregular, passou a ser feito no momento em que a tropa chegava ao Rio Grande de São Pedro, ou no encontro com outro regimento que já estava posicionado na região.

Martim Lopes Lobo de Saldanha chega à colônia com uma Carta-Patente<sup>2</sup> distinta da de seu antecessor, demonstrando uma estratégia maior da Coroa para solucionar o estado de guerra latente no Sul. Recebe ordens que justificam o arregimento de tropas e a formação de uma infra-estrutura econômico-militar nas regiões fronteiriças.

Para consegui-lo, enfrentou revoltas da população contra o recrutamento. Para formar o “Exército do Sul”, como ficaram conhecidas as tropas para lá mandadas pela Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha utilizou de todas as prerrogativas e poderes a ele concedidos em sua Carta-Patente. Essa disposição em arregimentar tropas, seja por que meios fosse, lhe rendeu na historiografia as alcunhas de “injusto” e “prepotente”, sendo considerado “absolutista” (TAUNAY: 1951, p.32) por empregar a violência no recrutamento.

As obras produzidas sobre os Capitães-Generais de São Paulo no final do século XVIII caracterizam Lobo de Saldanha como um dos piores governadores da Capitania. Acreditamos que essa historiografia, produzida até as comemorações do IV Centenário de São Paulo (1954), ligada à instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e representada por autores como Affonso d’Escragnole Taunay, Manuel Eufrazio de Azevedo Marques, Aureliano Leite, dentre outros, analisa o Governador de

---

<sup>2</sup> Documentos Interessantes, Volume XLIII, p. 59.

forma parcial, ressaltando o que seriam características pessoais de Lobo de Saldanha refletidas em ações de governo. Portanto, destacam algumas medidas tomadas que provocaram descontentamento entre seus governados, e que exemplificariam sua personalidade.

Em nossa pesquisa, ao combinar dados biográficos com o cargo ocupado, ordens recebidas e medidas de governo, obtivemos um quadro interessante e distinto daquele apontado pela historiografia. Sobre a biografia de Lobo de Saldanha, quase nada se sabe. Nas referências à ele encontramos apenas menções ao seu governo como Capitão-General da Capitania de São Paulo, e sua titulação anterior de “militar”, com patente de General. Em documento transcrito<sup>3</sup>, obtivemos a informação de que o governador em 1776 completava 43 anos de serviço a sua magestade. Considerando 15 anos a idade do início do Serviço Militar, Lobo de Saldanha veio para São Paulo com aproximadamente 57 anos – dado que confirma a descrição presente nas Atas da Câmara<sup>4</sup>: “era um homem já idoso que se esparramava em sua montaria”.

Em 24 de Janeiro de 1775 Lobo de Saldanha recebeu seu primeiro despacho real com ordens diretas:

*Sendo muito importante ao Meu Real Serviço, que na Capitania de São Paulo, se estabeleça hum Plano Militar, debaixo de principios solidos, permanentes, e invariaveis: Que, das sete Companhias da Guarnição da mesma Capitania, se forme hum Regimento de Infantaria, sobre o mesmo Pé dos que se achão estabelecidos nestes Reinos: Que igualmente se levante nella huma legião de Tropas Legeiras, com posta de mil Homens de Cavalaria, e Infantaria em tempo de Paz; e de mil e seiscentos Homens em tempo de Guerra: E que os Corpos de Auxiliares que ali se achão estabelecidos, se regulem, disciplinem, e ponhão em estado de poderem ser uteis ao Meu Real Serviço;*<sup>5</sup>

Portanto, desde sua nomeação, o Governador recebeu ordens para defender a fronteira sul e manter de prontidão um destacamento militar que pudesse ser deslocado em caso de conflito com os castelhanos. Essa disposição ficou mais clara na Instrução Militar enviada pelo Secretário da Marinha e Negócios do Ultramar, Martinho de Mello e Castro:

---

<sup>3</sup> AHU\_ACL\_CU\_023, Cx. 7, D. 435

<sup>4</sup> Atas da Câmara – 1771/1776 – Volume XVI

<sup>5</sup> AHU\_ACL\_CU\_023-01, Cx. 30, D. 2688

*Entre as muito uteis Disposi=*  
*çoens que EL REY Nosso Senhor tem*  
*mandando estabelecer nos seus Dominios Ul=*  
*tramarinos, húma das mais importantes he*  
*a que tem por objecto a defença, Conservação,*  
*e segurança de todos, e cada hum delles;*<sup>6</sup>

Consideramos que o Plano Militar trazido para São Paulo por Lobo de Saldanha era estruturado e deveria ser colocado em prática em um espaço de tempo curto (LINS: 1979, p.306). Portanto, o caráter de urgência desse plano militar teria forçado o governador a fazer uso de meios não-pacíficos para conseguir cumprir as exigências. Sua fama de mau governante deriva, sob esta ótica, da ansiedade em obedecer estritamente as ordens régias com prontidão e rapidez.

Com o Tratado de Santo Ildefonso em 1777, ficou acordado que Portugal devolveria a Colônia de Sacramento em troca da Ilha de Santa Catarina. Assim, a Coroa Portuguesa abriu mão de estender seus domínios até o Rio da Prata, considerado a fronteira geográfica natural, em troca da posse da antiga Ilha de Nossa Senhora do Desterro. Feito o acordo, o Governador Lobo de Saldanha concentrou-se em ocupar e desenvolver a Capitania de São Paulo, o que consideramos como um segundo momento de seu governo.

Na análise que procuramos aqui desenvolver, limitamo-nos a esse primeiro período de governo (da posse até a assinatura do Tratado em 1777) cuja ênfase consideramos ser a questão geopolítica. A fronteira sul da América Portuguesa esteve imprecisa até o Tratado de Madri (1750), que procurou estabelecer os limites fronteiriços tendo em vista as reduções jesuíticas de índios guaranis na região. Como afirma Eduardo Neumann, “por sua condição fronteiriça, a região platina serviu de palco a várias experiências reducionistas.”(NEUMANN, 2000, p.74)

Esse mesmo autor afirma que a história da Colônia de Sacramento é marcada por “uma sucessão de cercos e assaltos espanhóis em colaboração com a milícia missioneira” (idem, 2000, p.76). A participação dos índios guaranis nas batalhas contra os portugueses não faz parte de nossa análise, uma vez que o objetivo é entender a relação entre as disputas na fronteira Sul e governo de Lobo de Saldanha. Ainda assim, concordamos com Neumann:

---

<sup>6</sup> AHU\_ACL\_CU\_023-01, Cx. 30, D. 2689

*o significado da instalação da Colônia de Sacramento extrapolava as conhecidas questões territoriais e mesmo comerciais. representava sobretudo a alteração das relações sociais e a materialização do receio extremamente difundido na população colonial de uma futura invasão à Buenos Aires, o que justificava o esforço conjunto entre as tropas hispânicas e a milícia guarani. (idem, 2000, p.79)*

A re-ocupação da Colônia de Sacramento na segunda metade do século XVIII justificou-se, pela Coroa Portuguesa, através do argumento de que as terras entre São Paulo e o Rio da Prata estariam despovoadas de espanhóis, porém com núcleos coloniais portugueses ao longo da costa (Paranaguá e Laguna, por exemplo). Utilizando a alegação de *uti possidetis*, os portugueses estabeleceram em Sacramento o ponto de partida de uma colonização gradual, que combinava ações do estado com movimentos espontâneos de população (QUARLERI, 2009, p.95).

Portanto, junto com a dilatação da fronteira, ocorre também sua territorialização. A posse da terra é garantida através de sua ocupação e desenvolvimento. Em um primeiro momento, Lobo de Saldanha concentrou-se em garantir o domínio das terras na fronteira sul e sua anexação de fato à colônia portuguesa, pois o alistamento de homens esbarrava nas tentativas de fomento da agricultura. Posteriormente, suas ações se voltaram para outras áreas, de acordo com as orientações que recebia. Porém, como procuramos demonstrar, trata-se primeiramente de uma questão geopolítica.

## **Bibliografia**

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. In: *Revista da USP*. São Paulo: 2000

AUDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley : University of California Press, 1968.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Presídio do Iguatemi: Singularidade no Processo da Luta contra a Dominação Espanhola no Rio Grande (1767-1777). *Anais Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. IV Volume

FERLINI, Vera. Lúcia. Amaral. “São Paulo, de Fronteira a Território: uma Capitania dos Novos Tempos”. In: *Laboratório do Mundo: Idéias e Saberes do século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.



LINS, Maria de Lourdes Ferreira. Martim Lopes de Saldanha: A Presença de São Paulo na Guerras do Sul. *Anais Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. IV Volume

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005

NEUMANN, Eduardo. “Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757”. In: *Revista Complutense de História de América*. 2000, 26: 73-92.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em SP: Expansão e Declínio, 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968

QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1951.